SINDICAL

Boletim 10/2014

site: www.sindical.org.br - email: sindical@sindical.org.br

Ano XXI – 08/04/2014

Informativo do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas do DF

Assembleia define calendário de lutas

Na última terça-feira, os servidores realizaram assembleia para definição do calendário de lutas da categoria pela aprovação do Plano de Carreira.

Foram deliberadas mobilizações quinzenais, todas as terças-feiras, até o mês de junho, prazo limite para aprovação de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

A primeira mobilização acontece na terça-feira, dia 14. A assembleia definiu que, apesar do calendário, poderão haver outras mobilizações da categoria, de acordo com o andamento das negociações.

Foto: Freddy Freitas

Servidores decidem por molilizações às terças-feiras.

Cautela

Após as manifestações dos servidores, durante todo dia do dia 1º de abril, a direção do Sindical e os representantes dos cargos reuniram-se com o presidente Wasny de Roure para tratar da proposta de alteração do PCCR, entregue ao dirigente, no dia 25/3. O encontro não teve muitos avanços e nova reunião ocorreu no final do dia da última sexta-feira (4/5).

O presidente demonstrou dispoição ao diálogo, mas disse que não iria se posicionar a respeito da proposta dos servidores antes que todos os estudos (jurídicos, financeiros e administrativos) sejam concluídos.

Apesar da insistência da direção do SINDICAL na definição de um calendário, Wasny se comprometeu apenas a realizar um novo encontro durante a semana para voltar a discutir o assunto.

O Sindical é maior

Nas últimas duas semanas parecia que o terremoto chileno havia chegado à CLDF. Assembleias, ataques da imprensa, debates acalorados nos corredores e manifestações. Tudo em função da proposta do SINDICAL de alteração do PCCR.

Na última terça-feira (1/4) os servidores demonstraram sua disposição de luta. Mobilizaram-se nos dois turnos e conseguiram ser recebidos pelo presidente Wasny de Roure.

Passado esse primeiro momento da luta é necessário fazer uma reflexão sobre os acontecimentos.

Aqueles que contribuíram com o discurso mais reacionário da mídia na tentativa de intimidar e chantagear a diretoria do sindicato e os servidores sabem, agora, que isso só nos deu mais força.

Esse setor da categoria que está disposto a destruir o SINDICAL para atingir seus objetivos (que objetivos?) ignora que, se não fosse à obstinação da atual diretoria pela reestruturação administrativa, pelo concurso público e convocação dos aprovados, a ocupação dos cargos em comissão por servidores de carreira e mesmo as lutas de maior amplitude como a campanha "Fora Lamoglia", nosso sindicato não teria a força que nos levou a obter tantas vitórias de caráter material nos últimos anos.

Parecem não entender que se derrotarem a entidade sindical estarão derrotando a si mesmos e por muito tempo.

Mas, sempre há espaço para o diálogo e a diretoria do sindicato tem a obrigação de buscar a unidade da categoria, mas sem imposições, sem chantagens e respeitando as instâncias da democracia sindical, nossa grande força. Já passamos muitas crises, enfrentamos muitas situações difíceis e soube superá-las. Não será diferente agora. Seremos mais fortes e maiores depois disso.

O SINDICAL é maior!

Terça-feira de grande mobilização pelo PCCR

Na terça-feira (1), durante todo o dia, os servidores fizeram uma grade mobilização pela aprovação do PCCR. O movimento teve início às 9h, com um arrastão pelos corredores da Casa reunindo dezenas de pessoas. A concentração permaneceu no corredor da presidência e logo depois, seguiu até o andar térreo superior, para aguardar a chegada dos deputados, membros da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

No início da tarde, a categoria se reuniu no corredor da presidência a espera de uma reunião entre o sindicato, os representantes dos cargos e o presidente Wasny de Roure. O encontro ocorreu de forma rápida e sem muitos avanços, por conta do horário. Os servidores permaneceram mobilizados durante toda a reunião do colégio de líderes, fazendo com que, em sua saída, o presidente da CLDF se comprometesse a receber o sindicato após a sessão plenária do dia.

A mobilização seguiu para galeria do plenário para acompanhar a sessão. No fim do dia, os servidores voltaram à presidência, onde a diretoria do Sindical e os representantes dos cargos se reuniram com presidente.

Três momentos da terça-feira: servidores mobilizados em frente à presidência da CLDF, na galeria do Plenário e em conversa com o presidente Wasny. Ao lado, presidente da CLDF se reúne com representantes dos cargos.

Fotos: Ana Paula Alves

Deputados falam com servidores sobre PCCR, em mobilização no corredor das comissões.

Tudo que você queria saber sobre a proposta do Sindical de alteração do PCCR e não tinha coragem de perguntar!

1 – Dia 7 de abril foi a data limite imposta pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pela Lei Eleitoral para a aprovação, em plenário, de medidas que representem aumento de despesas?Depois dessa data ainda é possível discutir o PCCR?

R: Sim. Apenas os itens que representam benefício econômico (aumento do AQ e incorporação do CL-1) não podem ser atendidos. A mudança dos nomes dos cargos e a nova tabela de vencimentos podem ser implementadas a qualquer momento porque não representam aumento de despesas para a CLDF.

2 – A proposta de PCCR altera a condição de carreira típica de Estado para todos os servidores?

R: Não. O artigo 5º da Lei 4342/2009, que garante a condição de carreira típica de Estado de todos os cargos de provimento efetivo da CLDF que intregam a Carreira Legislativa, não está sendo alterado. Há, apenas, um projeto de lei ordinária tramitando na Câmara Federal que pretende definir, para os Poderes Legislativos e Judiciários, as carreiras consideradas típicas de estado, mas não há nada a ser feito, por enquanto, no legislativo local para evitar a tramitação ou aprovação no Congresso Nacional. Contudo, existe um setor da categoria que tenta aterrorizar os demais servidores sobre essa questão, esquecendo de falar que somente está preocupado em buscar, manter ou estender o suposto benefício para si mesmo.

3 – Algum cargo está sendo extinto com a proposta do Sindical de alteração do PCCR?

R: Sim. Para garantir a constitucionalidade da proposta, os cargos de Auxiliar Legislativo, Assistente Legislativo e Técnico Legislativo, estão sendo extintos e substituídos, na mesma proposta, pela criação dos cargos de Técnico de Atividades Legislativas e Analista Técnico Legislativo que irão abrigar os servidores provenientes dos cargos extintos. Tudo é feito ao mesmo tempo na proposta de alteração do PCCR entregue pelo Sindical. Dessa forma, nenhum servidor permanecerá em cargo extinto ou em extinção.

4 – Caso aprovada a proposta de alteração do PCCR o cargo de Consultor Técnico Legislativo entrará em extinção?

R: Não. Essa dedução forçada só tem por objetivo criar confusão. A alegação de que a criação do cargo de Analista Técnico Legislativo provocará a extinção do cargo de Consultor Técnico Legislativo não procede. A CLDF sempre necessitará de profissionais especialistas de nível superior nas diversas áreas da estrutura organizacional da Casa, respeitando as categorias regulamentadas, diferentemente da atuação dos Analistas (qualquer formação de nível superior).

5 - A proposta dos Consultores Técnicos Legislativos de "unificação" do cargo de Consultor Técnico Legislativo com o cargo de Consultor Legislativo é inconstitucional?

R: Existem controvérsias a respeito, mas a assessoria jurídica do Sindical não viu a proposta com bons olhos. Além disso, alguns Consultores Técnicos Legislativos já externaram sua disposição de entrar na justiça, caso essa proposta seja aprovada, já que isso colocaria em risco algumas categorias que são regulamentadas.

6 – A proposta de alteração do PCCR facilita a realização do concurso na CLDF?

R: Sim. Na verdade, boa parte da resistência que a proposta do Sindical vem sofrendo é justamente por conta disso. Com a criação dos cargos de Técnico de Atividades Legislativas (nível médio), tendo como piso o valor inicial do cargo de Auxiliar Legislativo, e de Analista Técnico Legislativo (nível superior), tendo como piso o atual valor do cargo de Técnico Legislativo, aumenta a possibilidade da CLDF contratar mais servidores por meio de concurso público. Cabe lembrar que a Lei de Diretrizes Orçamentárias desse ano prevê a contratação de 20 servidores de nível médio e 20 servidores de nível superior. Assim, caso a proposta do Sindical de alteração do PCCR seja aprovada, é possível aumentar esse número, por exemplo, para 47 servidores de nível médio (Técnicos de Atividades Legislativas) e 31 servidores de nível superior (Analistas Técnicos Legislativos).

7 – O STF já julgou algum tipo de mudança de carreira igual à que está sendo proposta pelo Sindical?

R: Sim. Nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) nºs 2335 e 4303, que tratam de Leis, com conteúdo semelhante ao da proposta apresentada pelo Sindical, o Supremo Tribunal Federal julgou Constitucionais as Leis atacadas. Além disso, o próprio TCU, no passado, já fez alterações que em muito se assemelham às que estão sendo propostas pelo Sindical.

8 – Os deputados distritais já votaram propostas semelhantes à defendida pelo SINDICAL?

R: Sim. Apenas par citar algumas delas: Lei nº **4.746/2012 -** (DETRAN/DF); Lei nº **4.958/2012** - (Carreira Técnica Fazendária do DF); Lei nº **5.106/2013** - (Carreira de Assistente à Educação do DF); Lei nº **5.195/2013 -** (Carreira de Planejamento e Gestão Urbana e Regional do DF). Além disso, tramitam na CLDF várias outras propostas com o mesmo conteúdo da que é defendida pelo Sindical.

Curso sobre os mecanismos da dívida pública

Analisar o mecanismo da dívida pública e suas consequências para as diversas áreas do orçamento governamental é o tema do curso"Dívida Pública Brasileira e suas consequências para os diversos segmentos sociais" promovido pela organização Auditoria Cidadão da Dívida Pública.

O evento terá início no próximo dia 22/4 e os interessados devem enviar *e-mail* para comunicacao@sindical.org.br com nome completo, endereço, fone(s) e *e-mail* para contato, até o dia 10/4.

Os filiados ao Sindical terão o curso custeado pela entidade, mas os servidores não filiados também podem participar do evento. Para isso, basta fazer a inscrição diretamente junto à Auditoria Cidadã pelo *e-mail* curso.auditoria.divida@gmail.com, fornecer os dados acima e pagar a taxa de R$ 300,00.

Fascal entrega carteirinhas

Nesta semana, o FASCAL iniciou a entrega das carteirinhas de atendimento do plano nacional, que agora terá atendimento pela UNIMED. Vitória do Sindical, que tem como parte do seu item 9 da pauta de reivindicações 2014, a atualização e ampliação da rede conveniada, a fim de adequá-la ao atendimento dos servidores que moram em outros estados. Na segunda e terça-feira, a entrega foi feita em esquema de plantão, durante todo o dia, no espaço localizado ao lado do BRB. Quem ainda não pegou sua carteirinha deve procurar o FASCAL.

Fotos: Ana Paula Alves

Fascal realiza entrega de carteirinhas com apoio do Sindical.

Golpe de 64 é lembrado na CLDF

O Sindical juntamente com o Conselho Regional de Psicologia e o Conselho Regional de Serviço Social incluíram a Câmara Legislativa do Distrito Federal na roda de debates sobre os 50 anos da ditadura militar no Brasil. O Golpe de 1964 foi relembrado e debatido, no auditório da Casa, na terça-feira, dia 01 de abril.

Handerson Nunes - Conselho Regional de Serviço Social, Adriano Campos - Sindical e Cyntia Ciriallo - Conselho Regional de Psicologia e convidados acompanham a execução do Hino Nacional Brasileiro por Chico Nogueira.

O evento teve início com a interpretação do Hino Nacional Brasileiro, feita pelo violeiro Chico Nogueira. Foram apresentados depoimentos de pessoas que sofreram os efeitos da época, assim como a avaliação dos resquícios do regime militar no tempo presente, trazendo a tona os efeitos sociais e psicológicos que ele causou ao país.

Servidor da CLDF, historiador e membro da comissão da verdade da Universidade de Brasília, Paulo Parucker participou do debate e destacou a importância de se trazer este tema para a Câmara Legislativa. "É super importante. Este evento foi uma forma de colocar a Câmara do DF neste debate que é fundamental. É preciso debater para que não corramos o risco de enfrentarmos os mesmos problemas no futuro" alertou.